

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.326 - RS (2019/0116287-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MIGUELINA ROSA CHARUTTI
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR E OUTRO(S) -
RS032025
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
TELMO RICARDO ABRAHAO SCHORR - RS0032158
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
PROCURADORE : ANA CRISTINA TOPOR BECK - RS028697
S
ROSELAINÉ ROCKENBACH - RS041756
CRISTIANO XAVIER BAYNE - RS046302
MARÍLIA VIEIRA BUENO - RS050775
CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET E OUTRO(S) - RS010257
PROCURADORA : PATRÍCIA NEVES PEREIRA - RS033117

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ARACI DOS SANTOS SILVA em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELO PAGAMENTO. PEDIDO FORMULADO PELA PARTE CREDORA PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO RELATIVA AOS VALORES COMPREENDIDOS ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO E A EFETIVA IMPLANTAÇÃO DA PENSÃO INTEGRAL. PRESCRIÇÃO TEMPORAL RECONHECIDA NO CASO CONCRETO.

1. A nota de expediente n. 380/2001 foi publicada no Diário da Justiça referente à intimação da parte credora para sua manifestação quanto ao

prosseguimento do feito, sem que tenha respondido à intimação para protocolar ofício no IPERGS, bem como para exibir a petição executiva com a memória de cálculo, no prazo de 60 dias. Desta feita, comprovado ter decorrido o prazo legal, sem a manifestação da parte autora, arquivou-se o processo em 05/07/2001, com baixa junto ao sistema e distribuição, ocorrendo a remessa dos autos ao Tribunal de Origem. Ressalte-se que o arquivamento administrativo do processo por inércia da parte prescinde de intimação. A inércia da ora apelante se estendeu por aproximadamente cinco anos até 14/03/2006, quando o procurador da autora requereu o desarquivamento do processo. Logo, cabe falar em prescrição, face à ausência de manifestações acerca do prosseguimento do feito. Nesse contexto, deixando a parte autora de promover os atos necessários para que o título executivo pudesse ser executado no prazo legal, deve ser mantida a decisão do Juízo que reconheceu a prescrição da pretensão executiva quanto aos valores compreendidos entre o trânsito em julgado e a efetiva implantação da pensão integral.

2. Consideram-se incluídos no presente acórdão os elementos suscitados pelas partes, para fins de prequestionamento, nos termos do art. 1.025, do Código de Processo Civil.

APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que (a) não houve negativa de prestação jurisdicional, de que (b) a análise de pretensão recursal esbarra na Súmula nº 7/STJ.

Em embate, sobreveio o presente agravo.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Sobre a prescrição, foi impresso na origem:

A alegação de violação, no decisor, aos dispositivos elencados pelos procuradores da parte autora, no que se refere à ausência de intimação quanto ao arquivamento do processo em julho de 2001 não deve prosperar, configurada a ciência inequívoca da exequente, no sentido de que comprovado o acesso do seu procurador aos autos, retirados em 16/04/2001, e devolvidos em 23/04/2001, sem petição.

Nesse sentido, Humberto Theodoro Junior ensina:

"A retirada dos autos do cartório ou da secretaria, em carga pelo advogado, por pessoa credenciada a pedido do advogado ou da sociedade de advogados, pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação (Art.272, §6º CPC)".

Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum- p.580, vol.1, 58 ed. Ver. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Primeiramente, de salientar que a nota de expediente n. 380/2001 foi publicada no Diário da Justiça referente à intimação da parte credora para sua manifestação quanto ao prosseguimento do feito (fl.117), sem que tenha respondido à intimação para protocolar ofício no IPERGS, bem como para exibir a petição executiva com a memória de cálculo, no prazo de 60 dias (fl. 117/verso). Desta feita, comprovado ter decorrido o prazo legal, sem a manifestação da parte autora, arquivou-se o processo em 05/07/2001, com baixa junto ao sistema e distribuição (fl. 118), ocorrendo a remessa dos autos ao Tribunal de Origem. Ressalte-se que o arquivamento administrativo do processo por inércia da parte prescinde de intimação. A inércia da ora apelante se estendeu por aproximadamente cinco anos até 14/03/2006, quando o procurador da autora requereu o desarquivamento do processo. Logo, cabe falar em prescrição, face à ausência de manifestações acerca do prosseguimento do feito. Para a ocorrência da prescrição, necessário se observar a postura inerte do titular do direito. Apesar da alegação de erro cartorário quanto à ausência de intimações, o motivo prevalente que fundamenta a ocorrência de prescrição da pretensão executiva fora a inércia da parte credora, que por cinco anos deixou de acompanhar qualquer tipo de movimentação na sua lide.

Nesse contexto, deixando a parte autora de promover os atos necessários para que o título executivo pudesse ser executado no prazo legal, deve ser mantida a decisão do Juízo que reconheceu a prescrição da pretensão executiva quanto aos valores compreendidos entre o trânsito em julgado e a efetiva implantação da pensão integral.

[...]

No presente caso, observa-se que desde o ano de 2001 a exequente poderia ter providenciado a efetiva liquidação do julgado, mas somente em 09/06/2006 requereu ofício para que o IPERGS trouxesse a RAPI 105 atualizada, de 1989 à data em que o ofício fosse respondido. Em 30/04/2008, fora recebido ofício n. 1385/08 referente à remessa de RAPI 105 dos valores de pensão pagos à autora, desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento do feito, em 30/09/1999, à data em que fosse respondido, e ofício n. 1388/08 referente aos valores que perceberia Primo Charutti, se vivo fosse, no período de 1989 à data em que o ofício fosse respondido.

Em ofício n. 13632/2014-C- SPP (fl. 244), o Serviço de Processamento de Precatórios informou a liberação do pagamento do Precatório n. 105403, restando quitado no valor de R\$34.164,27, por meio de ordem de pagamento à parte credora, em 12/09/2014. Em 08/10/2014, foi determinado o arquivamento do processo (fl.246), em razão do integral pagamento, assegurada a reapreciação relativa à eventual diferença do valor dos precatórios que tivessem por base o julgamento das ADIs n. 4425 e n. 4357, até que sobreviessem os seus julgamentos definitivos.

Nesse contexto, há que se distinguir o arquivamento administrativo da extinção do feito.

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero lecionam sobre a negligência das partes e o abandono de causa, enquanto causas de extinção do feito:

Negligência das partes. Para a incidência do art. 267, II, CPC, basta o fato objetivo da paralisação por mais de 1 (um) ano. O legislador presume de maneira absoluta a negligência das partes e o desinteresse no prosseguimento do feito. É imprescindível que as partes sejam intimadas pessoalmente para incoação do feito antes

da extinção do processo sem resolução de mérito, sob pena de violação do art. 267, § 1º, CPC (STJ, 1ª. Turma, REsp 901.910/PB, rel. Min. Teori Zavascki, j. em 17.04.2007, DJ).

Corroborando, Fredie Didier Jr. ensina sobre o abandono do processo pelas partes e o abandono do processo pelo autor como causas, circunstâncias que ensejariam a extinção do feito:

Abandono do processo pelas partes

O inciso II do art. 485 do CPC trata da hipótese em que o processo deve ser extinto em razão da sua paralisação, por mais de um ano, por negligência das partes. (...)

Não se deve indagar sobre qualquer elemento subjetivo nesta conduta omissiva. Trata-se de ato-fato processual. A menção à "negligência" não indica a necessidade de demonstração de "culpa" das partes pela paralisação; é o simples fato "abandono" que autoriza a extinção do processo.

Antes de extinguir o processo, deve o magistrado, sob pena de nulidade da sentença, providenciar a intimação pessoal das partes, para que, em cinco dias, demonstrem o interesse no prosseguimento do processo (art. 485, § 1º, CPC). (...)

As partes arcarão, proporcionalmente, com as despesas processuais, cada uma pagando os honorários do seu advogado (art. 485, § 2º, do CPC).

Abandono do processo pelo autor

Pode o magistrado determinar a extinção do processo, sem análise do mérito, quando o autor, por não promover os atos ou diligências que lhe cabem, abandonar a causa por mais de trinta dias (art. 485, III, CPC).

À semelhança do que ocorre na situação em que ambas as partes abandonam o processo, deve o magistrado, antes de extingui-lo e sob pena da nulidade da sentença, determinar a intimação pessoal do autor para que, em cinco dias, diligencie o cumprimento da providência que lhe cabe (art. 485, § 1, CPC). O autor será condenado ao pagamento das despesas processuais e honorários de advogado, esses apenas se o réu já houver sido citado (art. 485, § 2º).

(...) Semelhantemente ao que ocorre com o abandono das partes, nessa situação não há de ser investigado um elemento subjetivo: trata-se, também aqui, de um ato-fato processual.

In casu, não se considerou a extinção do feito, evento em que seria imprescindível a intimação pessoal da parte, nos termos do art. 485, § 1, CPC. Ao contrário, ocorreu o arquivamento administrativo do processo diante da liberação do pagamento do Precatório n. 105403, restando quitado no valor de R\$ 34.164,27, por meio de ordem de pagamento à parte credora (fl. 244).

No entanto, tenho que deve ser mantido o decisum que reconheceu a prescrição da pretensão executiva quanto ao montante referente ao período entre a data do trânsito em julgado e a efetiva implantação da pensão integral, pois o pedido fora formulado em momento inoportuno, configurada hipótese de inércia da parte quanto ao pleito.

A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza omissão (cf. AgRg no AREsp 434.846/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/03/2014), pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional (cf. AgRg no AREsp 315.629/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 21/03/2014; AgRg no AREsp 453.623/SP, Rel. Min. SÉRGIO

KUKINA, DJe 21/03/2014).

O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto aos fatos essenciais à contagem da prescrição, como insurgência que se funda na verificação das provas produzidas nos autos e sua valoração, demanda inafastável incursão no universo fático-probatório. Cediço é, porém, que não pode este Superior Tribunal de Justiça atuar como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

